

IMUNIZAÇÃO NO BRASIL PELO PNI E OS DESAFIOS ATUAIS

Castanheira. D. S*, Araujo, D,R.S*, Ferreira. G. R*, Pelissaro, K.C* e Meira. L*
Sato, R,M.S**

* Acadêmicos do curso de Farmácia, Centro Universitário Campos de Andrade
UNIANDRADE

** Professor Doutor do curso de Farmácia Centro Universitário Campos de Andrade
UNIANDRADE

E-mail: daienecastanheira@outlook.com

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir sobre o histórico da vacinação no Brasil, desde a implementação de medidas sanitárias no país, bem como o surgimento de programas de imunização, que contribuíram para o progresso da vacinação em seu contexto contemporâneo. Paralelo a isto, a contextualização do caráter imunológico atual pode ser considerada crucial no enfrentamento de diversos episódios de resistência à vacinação, denotando assim a importância de novas políticas públicas que garantam acesso a informação de qualidade à população, gerando conscientização universal, com consequente combate e erradicação de diversas doenças.

Palavras-chave: Conscientização, Erradicação, imunológico, vacinação.

Abstract: *The purpose of this article is to discuss the history of vaccination in Brazil, since the implementation of sanitary measures in the country, as well as the emergence of immunization programs, which contributed to the progress of vaccination in its contemporary context. Parallel to this, the contextualization of the current immunological character can be considered crucial in facing several episodes of resistance to vaccination, thus denoting the importance of new public policies that guarantee access to quality information to the population, generating universal awareness, with consequent combat and eradication of various diseases.*

Keywords: *Awareness, Eradication, immunological, vaccination.*

INTRODUÇÃO

Como um marco histórico na ciência da saúde, hoje sabemos que as vacinas representam uma das maiores conquistas do ser humano no controle e erradicação da maioria das doenças infectocontagiosas. Aliado a este marco, o Brasil hoje conta com um dos programas de maior referência mundial, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973 com parcerias que buscam a produção de imunobiológicos em massa para que assim, como podemos perceber ao longo da história do quadro epidemiológico e sanitário do país, houvesse a disseminação dessa prática tão relevante para a sociedade [1].

Portanto, analisar o contexto histórico social do desenvolvimento do processo de imunização do país e os desafios enfrentados pelo mesmo, contribui para a identificação de fatores que interferem no seu progresso e nos alcances vacinais ideais.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo foi desenvolvido mediante pesquisas bibliográficas, foi realizado um levantamento de dados, referente aos anos de 2003 a 2021 utilizando os seguintes buscadores: Softwares farmacêuticos em bases de dados da Scielo, google acadêmico, assim como em

livros e revistas científicas, todos em português.

RESULTADOS

Implantação da vacinação no Brasil

Os primeiros registros da chegada da vacina ao Brasil foram nos anos de 1804, no estado da Bahia, por influência do então Marquês de Barbacena [2]. Desde então, ao longo da trajetória na implantação de saneamento do país, as vacinas tornaram-se um dos pilares no controle de endemias e epidemias. Com a chegada da família real ao Brasil em 1808, no estado do Rio de Janeiro, houve uma mudança no cenário social e político, assim como na estrutura sanitária, e dentre os problemas a serem enfrentados estavam as doenças infecciosas, a destacar a varíola, sendo o alvo em um dos movimentos de grande importância que foi a campanha de erradicação da varíola no país, entre os anos de 1966 e 1980 [3].

Buscou-se desde então, implantar medidas sanitárias com a função de divulgar a prática de vacinação. Porém, mesmo ao alvorecer do século XIX, as intervenções do setor público de saúde brasileiro, ainda eram limitadas. Pois, consistiam em controle de navios e saúde dos portos, e nas epidemias que ameaçavam o comércio agrário-exportador [4].

Já, se tratando do século XX, ampliaram-se as intervenções, com grandes campanhas sanitárias contra a febre amarela, a varíola e a peste bubônica, por exemplo. E, mais tarde, podemos observar um grande avanço nas organizações das ações de vigilância epidemiológica do país com a criação da Lei nº 6.259, de 30/10/1975, que inclui o Programa Nacional de Imunização e estabelece normas relativas a notificação compulsória de doenças[5].

Imunização no Brasil por meio do PNI

No decorrer do século XX, podemos destacar acontecimentos relevantes no quadro epidemiológico do país, como a erradicação da varíola nos anos de 1970 e a erradicação da poliomielite em 1992. Contudo, notava-se que a prática de vacinação ainda possuía reduzida área de abrangência, eram de ações episódicas e havia descontinuidade de atuação. Era preciso aliar as forças do conhecimento aos desafios do acesso universal, com políticas que a coordenassem. Foi então que o Ministério da Saúde (MS) aprovou em 1973, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), uma das maiores intervenções em saúde pública [6]

Elaboradas por técnicos do Departamento Nacional de Profilaxia e Controle de Doenças do Ministério da Saúde e da Central de Medicamentos da Presidência da República, as políticas de imunização ao qual consistia o programa, tinham como objetivos primordiais, estender as vacinações às áreas rurais, ampliar e aperfeiçoar, em todo país, o sistema de vigilância epidemiológica para doenças incluídas em seu escopo de atenção, aprimorar o controle de qualidade de antígenos para uso humano, implementar o aparato oficial de diagnóstico laboratorial de enfermidades transmissíveis e uniformizar as técnicas de administração de vacinas (Ministério da Saúde, 1973).

Como um projeto de construção da nação idealizado pelos gestores políticos que convergia com os ideais dos sanitaristas pelo comprometimento a saúde da população, só veio a se consolidar após a sua conformação ao Sistema Único de Saúde (SUS). O PNI segue princípios doutrinários do SUS, estabelecidos pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080), de 1990, conta com a participação de instituições científicas públicas como o Instituto Butantan e o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), um dos maiores laboratórios da América Latina, que foi incorporado a Fio Cruz definitivamente em

1983, e que centraliza o controle de qualidade das vacinas empregadas pelo programa [7].

Quanto as várias atividades realizadas pelo programa e a grande quantidade de dados gerados, foi desenvolvido um sistema de informação, no que se refere as transferências, armazenamento, à segurança e à integridade dos dados, assim como a vigilância de efeitos adversos, o acompanhamento da situação vacinal do cidadão e o índice de cobertura vacinal. O Sistema de Informação do PNI (SIPNI), ainda está em seu processo de implantação, é um instrumento inovador de tecnologia em saúde que ainda apresenta algumas dificuldades como o treinamento dos profissionais, domínio da tecnologia e sua constante manutenção [8].

O PNI e seus desafios atuais

Em sua fase inicial, o PNI disponibilizava apenas as vacinas contra difteria, tétano e coqueluche (DFT), poliomielite, tuberculose (BCG) e sarampo. Hoje, o Brasil é um dos países que oferece o maior número de vacinas, de forma gratuita, com 15 vacinas para crianças, 9 para os adolescentes, 5 para os adultos e idosos [9].

A erradicação de muitas doenças, tornando-as desconhecidas por algumas pessoas, fez com que essas pessoas perdessem a noção do perigo que algumas doenças podem representar. Isso corrobora na resistência a vacinação, o que pode desencadear o ressurgimento de muitas doenças antes controladas ou eliminadas. Contribuindo para a hesitação da vacinação, temos ainda os “grupos antivacinas” e o aumento da disseminação de notícias falsas nas redes sociais, conhecidas como “*Fake News*” [10].

No contexto atual, o impacto humanitário e econômico causado pela pandemia do COVID-19, levou a utilização de novas plataformas de tecnologia de produção de imunobiológicos para acelerar todo o processo de desenvolvimento de uma vacina, onde

tivemos a primeira candidata que entrou com testes clínicos em humanos em março de 2020, com uma rapidez nunca vista anteriormente na história. Processo este que, normalmente, se estende em média por 10 anos e ainda há riscos de que não se tenha uma eficácia comprovada [11].

Para que essa e outras vacinas pudessem ser desenvolvidas em um prazo que envolveu de 12 a 18 meses, aproximadamente, várias tecnologias foram e estão sendo avaliadas. Algumas dessas tecnologias nunca haviam sido utilizadas anteriormente nas vacinas atualmente licenciadas, surgindo novas oportunidades de produção, com uma velocidade maior de fabricação [12].

Diante da necessidade de ampliação do calendário de vacinação, sem perder de vista a estabilidade e a sustentabilidade do programa, o Ministério da Saúde adotou critérios para introdução de novas vacinas no PNI, como critérios epidemiológicos; eficácia e segurança da vacina; critérios socioeconômicos; análise das Comissões; aspectos tecnológicos; garantia do financiamento; execução das ações de vacinação e capacitação das equipes de vacinação. Conforme tais critérios, a política de introdução de novas vacinas tem sido estruturante para garantir atuação eficiente, permitindo assim que novas vacinas possam ser incorporadas ao Calendário Nacional de Vacinação de forma sustentável, adequada às necessidades do país e sempre com evidências científicas [13].

CONCLUSÃO

De fato, a face positiva do uso da vacina e a implementação do PNI como instrumento eficaz de promoção da saúde deu-se devido a vários fatores, principalmente ao sucesso nas campanhas juntamente com a informação a população que se tornou possível erradicar algumas doenças em nosso país. A aceitação da mesma, e o impacto de caráter negativo que a propagação de doenças

transmissíveis causam, ajudam na conscientização da população e da não hesitação as vacinas.

REFERÊNCIAS

[1] FEIJÓ, R., B.; SÁFADI, M., A., P.; *Jornal de pediatria; Imunizações: três séculos de uma história de sucessos e constantes desafios; Vol. 82, 2006*

[2] LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. "Para uma história da vacina no Brasil": um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.595-605, abr/jun., 2007;*

[3] LIMA, A.,M.,B., et al; *Dossiê Temático: Saúde e Sociedade: diálogos interdisciplinares; Origens históricas da vacinação no Brasil; Lima et al Científica Multidisciplinary Journal; Vol.8, p.1-8, 2021;*

[4] HOCHMAN, G.; *Ciência & Saúde Coletiva; Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil, p. 375-386, 2011;*

[5] GADELHA, C.,A.,G.;. *Programa Nacional de Imunizações: o desafio do acesso universal no Século XXI. Ciência & saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 4234; nov. 2020;*

[6] DOMINGUES, C.; M.; A.; S. et al. *46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. Caderno de Saúde Pública, 2020;*

[7] Brasil. *Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências Diário Oficial da União 1990; 20 set.;*

[8] SATO, A., P., S.; *Programa Nacional de Imunização: Sistema Informatizado como*

opção a novos desafios; Revista Saúde Pública, p. 39-49, 2015

[9] HOMMA, A.; MARTINS, R. M.; JES-SOUROUM, E. and OLIVA, O.; *Desenvolvimento tecnológico: elo deficiente na inovação tecnológica de vacinas no Brasil. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 10, p. 671-96, 2003.*

[10] PONTE, C., F.; *Vacinação, controle de qualidade e produção de vacinas no Brasil a partir de 1960. História, Ciências, Saúde de Manguinhos, vol. 10 (suplemento 2): p. 619-53, 2003.*

[11] STEVANIM, L.,F.; *Uma vacina para a humanidade: da expectativa à realidade, os esforços para se chegar a uma vacina contra COVID-19 acessível à população. Radis, Fiocruz, Rio de Janeiro, n. 216, p. 12-20, set. 2020;*

[12] DOMINGUES, C.,M.,A.,S.; WOYCICKI, J.,R.; REZENDE, K.,S.; *Programa Nacional de Imunização: a política de introdução de novas vacinas. Revista Eletrônica Gestão & Saúde; Vol. 6, p.3250-74; Outubro, 2015;*

[13] PERES, K.,C., et al.; *Vacinas no Brasil: análise histórica do registro sanitário e a disponibilização no Sistema de Saúde; Ciência & Saúde Coletiva; Vol. 26, p. 5.509-5.522; 2021;*